

Roberto Lopes

Mudança no país dos canhotinhas

Nada, absolutamente nada pode se afigurar tão imprevisível para o Brasil, quanto o advento do sistema parlamentarista de governo. Em sua dialética polida, técnica e ineficiente, os presidencialistas argumentam que o parlamentarismo exige partidos fortes — e que nós não temos partidos fortes —, mas a verdade é que o parlamentarismo exige muito mais do que isso. . .

Um sistema que inclui a repartição de poderes do Executivo, criando dois pólos de chefia — com suas respectivas esferas de influência —, que delega ao Parlamento a co-responsabilidade de dirigir, efetivamente, os destinos da nação, que exige que o país funcione mesmo que um gabinete esteja caindo, um sistema desses exige muito mais do que partidos fortes — exige um país sério.

Mas o Brasil dos nossos dias ainda tem aquela cara careca do canhotinha Gérson, dizendo na televisão que também ele quer levar vantagem. O Brasil dos nossos dias ainda tem o presidente de uma associação de escolas particulares, que vai para a televisão defender as mensalidades extorsivas do ensino. O Brasil dos nossos dias ainda tem o cenho franzido do senhor Tuma, dizendo na televisão que vai investigar até o fim mais uma denúncia de irregularidade no governo sabendo (como ele próprio disse ao ministro Paulo Brosard, no caso da importação de alimentos estragados), que a denúncia não pode ser investigada inteiramente, porque vai bater duro no nariz do poder.

Um sistema parlamentarista de governo exige um país onde os cidadãos se respeitem, respeitem o governo, e sejam respeitados por ele. Mas aqui não há respeito algum. Um punhado de crianças e jovens morre pela contaminação de um material altamente radioativo, e a apuração de responsabilidades feita pelos homens do sr. Tuma dá em nada, rigorosamente nada. Aqui, 20 anos de ditadura militar foram incapazes de montar um razoável controle sanitário sobre os bancos de sangue — mas é aqui que se vai experimentar um sistema de governo onde o princípio básico é o da co-responsabilidade.

O Brasil não é um país onde os princípios sejam respeitados. Fosse assim, os ministros e autoridades do governo que determinaram a aplicação ilegal do dinheiro público (destinado ao desenvolvimento nuclear do país) no mercado financeiro estariam na cadeia. Se este fosse um país de princípios, a denúncia do jeitinho dado por um grupo de empreiteiras para definir a primeira etapa da concorrência para a ferrovia Norte-Sul não teria sido acolhida com tanta irritação pelo governo, e o governo não estaria tão preocupado com a CPI que, no Congresso, vai desnudando o que é — de verdade — a máquina do governo.

FOLHA DE SÃO PAULO

O pior é que tudo tem uma explicação bem tropical — mas, antes de tudo, bem brasileira. Quem aplicou no open o dinheiro do erário diz que assim fez para preservar a verba federal do desgaste federal da inflação. Quem arrumou o resultado da concorrência da Norte-Sul diz que isso é um hábito, uma praxe entre concorrentes que dispõem, para consumo próprio, de um código de ética todo especial. Quem se irrita com a CPI da corrupção, diz que isso não passa de um expediente para derrubar o governo. No Brasil, a luta por princípios é inglória, porque exigir respeito pelo próximo é pura perda de tempo.

É possível que, chamado a dividir as responsabilidades do governo, o Parlamento brasileiro desperte para um trabalho sério, eficiente, de respeito — mas não é provável que isso aconteça a curto prazo. No Brasil as eleições ainda são ganhas por quem tem dinheiro, e a máquina do governo ainda se move pela ação de quem tem prestígio, e não de quem tem direitos.

D. Luciano Mendes de Almeida excepcionalmente não escreve hoje nesta coluna.